

Sarney até 90

Deputados que foram quatroanistas votaram nos cinco

JORGÊ CALDEIRA

Enviado especial a Brasília

Os deputados que já falaram pelos quatro anos e votaram nos cinco são discretos. Quase nunca aparecem, ficam preocupados quando um jornalista os procura. Achados, mostram-se incomodados. Justificam sua decisão como "necessária", embora pessoalmente preferissem o contrário. Pessoalmente, cada um votou nos cinco. Votaram pelos cinco, mas nem por isso gostam do governo. Querem o bônus do apoio ao presidente e esperam não ter o ônus de explicar a decisão a suas bases.

Todos eles acham que a situação do país é grave e pretendem criticar o presidente Sarney nos palanques. Dizem que a população não quer a continuidade do governo. Elegeram-se fazendo o discurso de mudanças. Alguns chegaram até mesmo a participar dos comícios pelas diretas-já ou votaram na Comissão de Sistematização por um mandato de quatro anos. Cada um explica essas inexplicáveis contradições de maneira diferente.

Acre independente

Osmir Lima (PMDB-AC), começou a fazer política em 1960, participando do Movimento Autonomista do Acre. Trabalhava com serviços de alto-falante, pregando a elevação do território a Estado. Ele acredita que o Acre, que era uma república independente até 1903, foi sempre prejudicado pela administração central. "O Acre era a terceira economia do país em 1903, mas toda sua riqueza foi sugada pelo Rio de Janeiro. O Acre não poderia ser território, pois isso nem existia na Constituição da época. Hoje o Estado tem 12 municípios que não se interligam, não há estradas entre eles."

Sua carreira política, nascida da luta pela autonomia, só foi retomada em 1983, quando Osmir se tornou presidente do banco estadual. Como ele mesmo reconhece, só a ocupação e o uso deste cargo tornou possível sua passagem para o Congresso constituinte. Elegeram-se com 6.111 votos, a maior parte dos quais obtidos no município de Cruzeiro do Sul, quase na fronteira com a Bolívia.

Como deputado federal, esteve sempre identificado com os progressistas do PMDB. Chegou mesmo a participar de comícios pelas diretas em 88, tanto em Brasília como em seu Estado. Essa participação começou a lhe causar problemas:

"Meus colegas diziam, nunca diretamente, que eu era um empecilho para o desenvolvimento do Estado."

Por "desenvolvimento" entendam-se liberação de verbas. O governador e seus colegas de bancada fizeram ver que, se houvesse uma "integração administrativa em torno de objetivos comuns", a situação do Estado poderia mudar. Traduzindo a máxima do deputado Roberto Cardoso Alves ("É dando que se recebe"), a frase significava que apoiando o presidente Sarney em bloco, o Estado seria beneficiado.

Osmir mudou de posição e os resultados não demoraram a acontecer: "Guardadas as proporções, o presidente Sarney foi o que mais reapossou os recursos de que o Acre necessitava para se desenvolver."

Entre esses recursos estão C\$ 17 bilhões para habitação popular e infraestrutura de saneamento e a extensão da Universidade Federal do Acre ao município de Cruzeiro do Sul, principal base do deputado.

Frete ao "desenvolvimento" de seu Acre, a questão do mandato se

tornou menos importante para Osmir. "Um homem público não deve se preocupar com um ano a mais ou a menos, mas sim com o futuro. Um representante tem que se preocupar com seu Estado e eu estou aqui para tratar dos problemas do Acre. Isso vale até para corrigir uma posição errada."

Osmir Lima reconhece que seu comportamento pode ser relacionado ao uso da palavra "fisiologismo": "Pode ser. Mas nós fomos abandonados, moramos longe, somos feios e pobres. Por isso estamos aqui para prestigiar aqueles que estão nos apoiando. Ninguém liga para o Acre porque o Estado não tem peso político e econômico. Hoje, o grande sonho de um acreano é sair de lá. Num Estado pobre como o nosso, sobra pouco tempo para tratar de outras questões que não a do desenvolvimento".

Apesar da firmeza com que defende os amigos do Acre, Osmir vê problemas pela frente. Sabe que sua opção é impopular, e acredita que seus eleitores não vão entender a mudança, até porque "os recursos mais substanciais só agora estão sendo liberados e a população não vai estar vendo as obras". Para ele, a manutenção do apoio ao presidente "é um ônus", uma medida "politicamente penosa".

Apesar de votar nos cinco anos, ele não acredita que o presidente esteja fazendo um bom governo: "A crise econômica é muito violenta e o povo sente isso." Nas próximas eleições, ele pretende manter uma postura "crítica" com relação ao governo, apoiando os aspectos positivos da administração e denunciando os negativos.

O princípio básico de sua política resume-se na seguinte frase: "O que é bom para o Acre é bom para o Brasil." Entre as propostas que defende no Congresso constituinte está a separação de seu Acre do restante do Brasil. Ele apresentou, e pretende defender em plenário, uma emenda que torna seu Estado uma república independente, como era antes de 1903.

Candidato a prefeito

O problema de Nion Albernaz (PMDB-GO) foi diferente. Ele é candidato a prefeito de Goiânia, já anunciado oficialmente pelo governador Henrique Santilo. "O governador procurou nomes de consenso e anunciou o meu à família peemedebista." Essa escolha levou-o a apoiar os cinco anos, para "manter unidade de posições com o governador e o ministro Iris Rezende". Nion defende sua posição com argumentos institucionais: "Para que esse processo não tenha atropelos, entendo que a eleição do novo presidente só deva ocorrer depois de completado o processo de transição, o que só vai ocorrer no final do ano, quando for completada a legislação ordinária."

Como um motivo secundário para sua decisão de apoiar os cinco anos, Albernaz aponta o calendário: "O que rege a eleição é a nova Constituição. Pelos prazos ali definidos, a eleição só deve se realizar em meados de 89."

Apesar disso, existe a possibilidade de que o próprio Nion não esteja no Congresso para completar o processo de transição. Se conseguir, realizar o desejo de "completar o mandato interrompido em 85" (ele se refere ao mandato de prefeito nomeado de Goiânia, para o qual foi indicado por Iris Rezende e de onde saiu para dar lugar a um candidato eleito) não vai ajudar a fazer a legislação ordinária.

A partir de hoje, como candidato,



O deputado federal Osmir Lima, do PMDB do Estado do Acre



O deputado Fernando Bezerra Coelho, do PMDB do Estado de Pernambuco



O deputado federal Ubiratan Aguiar, do PMDB do Estado do Ceará



O deputado federal Nion Albernaz, do PMDB do Estado de Goiás

Nion já é um crítico do governo. Ele considera a atual administração federal "um desastre": "A política econômica não consegue conter a inflação, que leva a um aumento ítem do custo de vida." Seu programa como candidato vai se basear no princípio de que "o bom administrador deve ouvir a comunidade e fazer aquilo que ela quer, não o que ele pensa que é bom para ela". Não seguiu esse princípio no voto do mandato, admite.

Ponte para o futuro

Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE) tem uma visão de longo prazo da carreira parlamentar. Depois de ter trabalhado bastante no capítulo de Reforma Tributária da nova Constituição, ele agora pretende se especializar no assunto para fazer parte da Comissão de Orçamento do Congresso, onde pretende atuar por, pelo menos, mais dois mandatos: "Agora que entrei na carreira política, quero ir até o fim do caminho."

O caminho de Coelho passa pela "agilidade" para rever posições: "Quando cheguei na Constituinte, era favorável a um mandato de cinco anos para o presidente. Na Comissão de Sistematização votei pelos quatro porque o presidente Sarney estava sendo hostil ao governador Miguel Arraes. Ele defendia

os quatro anos e eu não faltei com meu apoio."

Desta vez, no entanto, Coelho votou nos cinco anos, embora Arraes continue longe das graças do governo federal. O motivo? "Da Sistematização para cá o presidente Sarney fez gestos de reaproximação com o governador Arraes. Meu apoio aos cinco anos vai permitir uma aproximação maior entre o governador Arraes e o governo. Desta forma, posso defender melhor os interesses do Estado."

A decisão de "ajudar" Arraes foi tomada contra a vontade do governador, defensor dos quatro anos. Coelho reconhece que Arraes está "chateado" com sua decisão, mas nem por isso Coelho se perturba. Ele diz que sua decisão vai ser importante para "viabilizar o programa partidário a nível estadual, já que o governador não quer ficar contra Sarney". Ele espera, com sua decisão, transformar-se na ponte política entre a administração estadual e o governo federal.

Coelho não discutiu em profundidade a opção com suas bases, que ficam no sertão pernambucano, principalmente no município de Petrolina, onde teve quase 20 mil votos. Nesse município estão também concentradas as principais atividades de sua família, que tem uma fábrica de suco de laranja, uma indústria de processamento de polpa de tomate,

uma distribuidora de Coca-Cola e um pequeno jornal.

Para o deputado Fernando Lyra (PDT-PE), a atividade econômica da família foi o fator fundamental para a decisão: "São três deputados do PMDB de Pernambuco que vão votar com o Sarney: O Nilson Gibson, que já está acostumado a fazer isso, o José Carlos Vasconcelos, que está começando agora, e o Fernando Coelho. É muito difícil um empresário votar contra o governo. Essa história de ajudar o Arraes é desculpa."

Fidelidade e refinaria

O deputado Ubiratan Aguiar (PMDB-CE) atribui seu voto pelos cinco anos principalmente a "um apelo do governador Tasso Jereissati à bancada para dar apoio administrativo ao governo. Ele pediu que nós apoiássemos o sistema presidencialista e o mandato de cinco anos".

Graças a esse pedido, Aguiar, que acredita ser melhor uma votação "impessoal", resolveu atender ao governador, em nome da "unidade do partido". Essa unidade de apoio, acredita Aguiar, pode acabar gerando benefícios para o Estado que dependem de decisões federais. "O carro chefe da atual administração é a instalação no Ceará de uma refinaria de petróleo. Os estudos indicaram o Ceará como o local

mais adequado para ela e o governador está fazendo força para colocá-la no Ceará."

Aguiar acredita que o apoio unânime da bancada pode ajudar a trazer a refinaria para o Ceará. Para ele, pode haver um arranque no desenvolvimento do Ceará, que faça com que seu Estado dependa menos da agricultura de subsistência. Ele não acredita que o governador esteja sendo especialmente bem tratado pelo governo federal, apesar do apoio: "O governador Tasso Jereissati está fazendo uma boa administração. Num estado pobre, com a crise que havia, conseguir colocar a folha de pagamento dos funcionários em dia e ainda conseguir investir um pouco já é uma proeza. Você tem que lembrar que, quando ele assumiu, não se pagavam os funcionários. E ele não teve grande ajuda federal para isso".

Aguiar está preocupado com a extensão da crise atual. Ele acredita que a condução da política econômica do governo, que gera arrocho, vai causar muitas baixas na próxima eleição. Mas não se sentiu em condições de deixar de apoiar seu governador, mesmo acreditando que possa ter problemas futuros. O fato é que Aguiar votou pelos cinco anos sem uma resposta para a instalação da refinaria. Pode ficar com o ônus e o Estado sem bônus. E o risco do negócio.

Executivo tem poder para 'dobrar' parlamentares

Do enviado especial a Brasília

Fazer capitular um deputado é tarefa que não oferece grandes dificuldades ao Executivo, principalmente se há uma vontade firme. O principal motivo é a diferença de funções. Um deputado faz lei. O Executivo nomeia, demite e libera verbas. Tem mais poder de fogo.

Para "convencer" um parlamentar, o Executivo se vale principalmente do temor que acompanha a maioria deles: a instabilidade da profissão. A cada quatro anos, um deputado precisa da concordância explícita de milhares de pessoas para continuar no emprego. Se um deputado não tem total segurança, com relação às suas possibilidades de reeleição, há aí um rico material de trabalho na direção de mudanças de posição em assuntos políticos.

Outro componente estrutural da personalidade parlamentar é a vaidade, que muitas vezes se combina com o temor. Não há deputado que, uma vez eleito, não demonstre orgulho de suas capacidades. Essa vaidade costuma ser manipulada com agrados diversos e permite a formulação de outras tantas estratégias de convencimento.

A seu favor, o Executivo conta ainda com a força da fidelidade. Se a concorrência caracteriza os deputados, os cargos no Executivo dependem de escolha pessoal ou política do chefe. Nas fileiras do Executivo, há, por isso, uma tendência a dar muita importância ao que pensam os chefes. A maior parte dos burocratas pode ser utilizada para reforçar as tentativas de convencer um parlamentar a mudar de posição em questões delicadas.

Poder, temor, vaidade e fidelidade. Da sã combinação desses elementos surgem as estratégias de convencimento. Seu princípio básico: o deputado faz a lei, que interessa ao presidente, e este nomeia, demite e libera verbas. Tal princípio permite milhares de combinações. Assim, o Executivo tem poder de fogo para servir o prato de

acordo com a cara do freguês. Alguns casos hipotéticos podem ajudar a entender o processo.

Casa invadida

A imensa maioria dos deputados têm seus votos em setores específicos: municípios vizinhos, bairros de grandes cidades, comunidades étnicas, associações de classe. O mais comum é ter votos em municípios próximos. Digamos, em nossa hipótese: Trabubu, Macambira, Mojado e Perciliano. Nunca tem todos os votos. Sempre tem alguns inimigos.

Entre os que apoiam, sempre haverá funcionários públicos. Pois bem: nosso ilustre deputado é um renitente defensor de uma ideia que não agrada ao presidente.

Basta um simples mapa eleitoral para que a situação desse parlamentar comece a mudar. O delegado de Trabubu, que lhe era simpático, é transferido para Ilororó; a professora de Macambira promovida para Lagoinha. No início não dói. O pior é o caso do prefeito de Perciliano, grande amigo, que se elegeu dizendo que ia botar água em toda a cidade. Para isso, contava com uma verba federal prometida há tempos.

A verba não chega. Quem aparece é um deputado adversário na região, mas com bons contatos no governo, visitando o prefeito com uma promessa. Se ele abandonar o impenitente, o dinheiro sai rapidinho. Ao mesmo tempo, alguém pode procurar o colega de chapa de nosso amigo, eleito deputado estadual. Nesse caso, o recado é outro:

"Nosso amigo está muito desgastado na região. O prefeito de Perciliano vai abandoná-lo. Se você for candidato ao Congresso, vai ter apoio do governo."

Essas manobras simples costumam ser suficientes para despertar o temor de nosso deputado. Num determinado momento, ele começa a pesar o lucro político das promessas de campanha, sempre democráticas e apetitosas, contra os prejuízos a seus interesses. Do resultado da conta costuma surgir o temor, em

forma de dívida: vale a pena lutar contra o governo?

Se a dívida chega ao ponto de ser exposta, é o momento do afago na vaidade. Um emissário o encontra por acaso e fala: "Pois é, rapaz, o presidente gosta tanto de você e quer até resolver o problema de Perciliano. Por que você não procura seus amigos?"

Todas essas conversas podem levar nosso deputado a concluir que, de fato, o país atravessa uma crise institucional e que talvez não seja o momento adequado de se realizar eleições. Se ele diz isso em público, pode ser que a professora volte a Lagoinha, com uma nova promoção, num gesto de boa vontade. Esse fato auspicioso pode renovar as esperanças do deputado na capacidade administrativa do governo, que afinal está preocupado com o social.

Com tantos bons pensamentos, a probabilidade maior é a de que no dia da inauguração do primeiro buraco para assentar os canos de água em Perciliano, nosso amigo faça um discurso afirmando que é preciso ajudar o governo em sua obra social e que o momento exige a necessária prudência nas decisões. Afinal, um governo tão preocupado com o povo merece apoio.

Grandes peixes

Lideranças mais provadas já aprenderam a raciocinar em função das inevitáveis flutuações da vida política e não se deixam abater por pressões como as descritas acima. Se são perseguidos em suas bases, denunciam a prepotência do governo e ganham mais votos como homens destemidos que não temem os poderes. Esses são mais difíceis de serem tratados. No entanto, seu convencimento é importante porque, não havendo suspeita de manipulação, tem mais valor e serve de exemplo.

Se o temor é menor, a vaidade costuma ser maior. Nesse caso, ao invés de impor, pode-se pedir. Um dos bons argumentos nessa direção é a "importante missão". Há centenas

delas no Executivo, uma para cada gosto: programas de saúde, cultura, tecnologia, justiça, cooperação econômica, desenvolvimento industrial e o que mais se quiser.

Digamos que nosso novo deputado é nacionalista. Haverá então uma área onde, se não for por sua liderança, um plano estratégico do governo corre o risco de se desnacionalizar. Propõe-se a união de forças. Ninguém pede voto, nem precisa. Um amigo do deputado pode sugerir que, mesmo mantendo sua posição, é importante que ele apoie esta luta do governo. Mais ainda: o governo gostaria muito de contar com um homem de sua confiança, indicado por ele, que tenha capacidade para tocar o tal projeto. E isso sem que ele precise mudar de posição. Seria apenas o reconhecimento de sua forte liderança e despreendimento.

Se ele se deixa seduzir pela vaidade, acaba indicando o amigo. Num primeiro momento, se vangloria de sua capacidade de, mesmo adversário, ter seu valor reconhecido pela firmeza de suas posições. No momento seguinte, as probabilidades são de que pense que este governo, apesar de tudo, se recupera com a pátria. Começou a vacilar.

Nesse momento, já não está tão seguro de suas posições. Essa vacilação pode ser cuidadosamente cultivada com novas consultas, pedidos de orientação, acolhimento de sugestões. Um belo dia, é o próprio presidente que quer ter uma conversa, não sobre o tema que os divide, mas sobre a missão que os aproxima. E de fato, a conversa gira apenas sobre o tema, com muitos elogios ao parlamentar.

No caso, pedir voto é feito. Mas ganhar voto não. Por sua própria conta, o deputado pode concluir que um patriota como aquele merece seu apoio. No dia da votação, transforma seu apoio em voto. Tudo com o mais alto sentido patriótico.

(Jorge Caldeira)

Câmara indiscreta



Jorge Arsujo

ESTRATÉGIA AO PÉ DO OUVIDO

Eles não pararam um minuto nas nove horas que antecederam a votação. Corriam de um lado para outro computando adesões ou possíveis conversões de última hora. De quando em quando, o senador Saldanha Derzi (PMDB-MS), líder do governo no Senado, e o assessor do Palácio do Planalto, Henrique Hargreaves, trocavam informações aos cochichos (foto) e armavam novas

táticas. Cada uma dessas conversas faziam tremer os defensores dos quatro anos. Se sorriam, o temor crescia ainda mais. Nas primeiras horas, Derzi não escondia sua aflição e nervosismo, enquanto Hargreaves aparentava uma frieza de estrategista. Após os encontros, os dois corriam para o telefone. Uma em duas ligações de Hargreaves era para o Planalto.